

Conferência do Subprograma de Ciência e Tecnologia SPC&T Fase II/PPG7



Belém, PA
Dezembro de 2008

**CONFERÊNCIA DO SUBPROGRAMA DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA - SPC&T FASE II/PPG7**

ANAIS

Belém, 1º a 4 de dezembro de 2008

Conferência do Subprograma de Ciência e Tecnologia
SPC&T Fase II/PPG7 (2008: Belém, PA).
Anais da Conferência do Subprograma de Ciência e
Tecnologia SPC&T Fase II/PPG7, realizado em Belém,
Pará, Brasil, de 1 a 4 de dezembro de 2008. Brasília:
CNPq, 2009.
579p.

ISBN 978-85-7028-021-3

1. Políticas Públicas - Brasil 2. Desenvolvimento
Sustentável 3. Recursos Naturais 4. Amazônia 5.
Conservação Ambiental 6. Divulgação Científica I.
Título

CDU 502

Análise dos APL de produtos madeireiros e não-madeireiros no Pará

Alberto William Viana de Castro¹; Antônio Carlos Paula Neves da Rocha¹; Moisés Modesto Jr¹; Manoel Malheiros Tourinho²; Antônio Cordeiro de Santana²; Claudenor Pinho de Sá³; Mariluce Paes de Souza⁴; Roberta Graf⁵

¹Embrapa Amazônia Oriental; ²Universidade Federal Rural da Amazônia; ³Embrapa Pará; ⁴Universidade Federal de Rondônia; ⁵Ibama Pará.

1. Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo avançar no conhecimento e na organização e na sistematização das informações sobre as inter-relações existentes entre os diferentes agentes que compõem os Arranjos Produtivos Locais (APL), especificamente os produtores que usam matérias-primas de origem madeireira e não-madeireira para a indústria de base florestal, oriunda do manejo das florestas naturais primárias e secundárias. Os principais produtos não-madeireiros, objetos do estudo foram a Andiroba (óleo), a Castanha do Brasil (frutos), Amapá-doce (resina), Copaíba (óleo), e Cumaru (cumarina). Em relação aos produtos madeireiros, o estudo abordou os APL potenciais considerando as características de qualidade das madeiras para o mercado nacional e internacional. Os resultados do projeto permitirão avançar no conhecimento da dinâmica do Sistema Agroindustrial (SAI) de base florestal na região e o fornecimento de informações que possibilitarão a formulação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento regional, por meio do apoio ao investimento e ao fomento e o estabelecimento de estratégias privadas promovidas pelos agentes dos APL considerados na pesquisa.

2. Métodos

A pesquisa, classificada como exploratória, teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema para oferecer um quadro de referência para futuras aplicações. Yin (2001) a classifica como um estudo de caso, com contribuição especial para a

compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos mais complexos, permitindo uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Para a coleta de dados primários (quantitativos), tomando como base o questionário indicado pela Redesist (2005) para a coleta de dados sobre APLs, foram selecionadas 61 empresas em relação aos produtos madeireiros e 30 empresas em relação aos produtos não-madeireiros, tomando como base os indicadores da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A pesquisa com produtos madeireiros contemplou empresas inseridas nas atividades de exploração florestal, serviços de silvicultura e exploração, desdobramento da madeira, fabricação de laminados e chapas de madeira, esquadrias e casas pré-fabricadas, artefatos diversos, artefatos de tanoaria e embalagens, cabines, carrocerias e reboque, construção e reparos de barcos e fabricação de móveis, segundo a classificação nacional de atividade econômica (CNAE), utilizada pela RAIS. A pesquisa com produtos não-madeireiros contemplou empresas inseridas nas atividades de exploração florestal, silvicultura e exploração, processamento e conservação de frutas, produção de óleos vegetais em bruto, fabricação de sorvetes, beneficiamento e moagem, fabricação de produtos alimentares, fabricação de medicamento humano, fabricação de sabão, detergentes e sabonetes e fabricação de outros produtos químicos. Foram pesquisadas empresas localizadas nos municípios de Santarém, Belterra, Altamira, Medicilândia, Itaituba, e Trairão, na área de abrangência da BR 163. Em uma segunda fase da pesquisa (qualitativa), oito empresas líderes tiveram seus representantes entrevistados, quando se utilizou um protocolo de pesquisa com questões abertas. Na fase final foi realizado um *workshop* em Santarém, PA, para apresentação dos resultados e compatibilização com os agentes das cadeias produtivas entrevistados, empresários, profissionais liberais, instituições governamentais, ONGs, e outros *stakeholders*.

3. Resultados

Os APL considerados na pesquisa possuem uma infra-estrutura educacional, institucional e financeira em quantidade razoável para o apoio ao desenvolvimento dos APL, os quais são formados, em sua

maioria, por micro empresas (35 a 60%); entre 25 e 35% são pequenas empresas e existem poucas médias empresas, todas criadas com recursos próprios ou com a ajuda de parentes e amigos. Não foi identificada nenhuma empresa que tenha utilizado o sistema financeiro ou fontes oficiais de crédito, mais pela dificuldade de acesso a esses recursos que pela capacidade financeira dos empresários. As principais dificuldades encontradas no primeiro ano de funcionamento foram o custo ou falta de capital para a aquisição de máquinas e equipamentos, contratação de empregados qualificados, custo ou falta de capital de giro, e a dificuldade em produzir com qualidade e vender a produção. Mais de 40% dos empregados não possuem nem o ensino fundamental, chegando esse número a cerca de 60% nas pequenas empresas. Poucas empresas possuem pessoal qualificado com nível superior completo. A proporção de empregados com ensino médio fica entre 10 e 20%. Em relação aos produtos madeireiros, as micro empresas atuam localmente, com sua produção distribuída da seguinte forma: 74,8% para o mercado local, 11,9% no estado, 6,6% para outros estados e 6,7% para exportação. As pequenas empresas distribuem assim sua produção: 14,0% no mercado local, 21,7% para outros municípios do estado, 17,0% para outros estados, e 47,3% para exportação. As médias empresas distribuem 90,0% de sua produção para o mercado internacional. As empresas de produtos não-madeireiros atuam, em sua maioria, localmente com cerca de 80% das micro empresas colocando sua produção no mercado local. As médias empresas, em sua totalidade, atendem o estado como um todo; as pequenas e grandes empresas exportam a totalidade da produção. Os principais fatores de competitividade, considerados são a qualidade do produto, capacidade de atendimento de pedidos e qualidade da matéria-prima e dos insumos empregados na produção. Em relação à inovação, os principais aspectos abordados foram inovação de produtos e inovação de processos. À exceção das médias empresas, tanto as micro como as pequenas empresas se preocuparam em inovar em mudanças organizacionais com implantação de técnicas avançadas de gestão, mudanças na estrutura organizacional, nos conceitos e/ou práticas de comercialização e na implementação de novos métodos de gerenciamento, visando à obtenção de normas de certificação

(ISSO 9000, ISSO 14000, etc.), relatando como os principais impactos observados com as medidas inovadoras o aumento da qualidade de produtos, aumento da produtividade, ampliação da gama de produtos ofertados, manutenção da participação no mercado, redução no consumo de energia, ampliação do portfólio, redução do impacto sobre o meio ambiente, manutenção de sua participação no mercado e acesso a novos mercados. As principais fontes de informação das empresas são a área de produção e de vendas e marketing, as instituições certificadoras e a participação em eventos científicos. O uso da internet também vem sendo uma via alternativa, considerada na busca de informações sobre o mercado e oportunidade de negócios. As médias empresas têm uma relação intensa na troca de informações com as *tradings* do setor madeireiro, com representantes em outros estados e no mercado internacional. Quando presentes, as principais formas de cooperação identificadas são com o objetivo de reivindicações da classe, capacitação de recursos humanos, participação conjunta em feiras, desenvolvimento de produtos e processos, desenvolvimento de *design* e estilo de produtos, compra de insumos e equipamentos e obtenção de financiamentos. As principais vantagens da localização no arranjo são a proximidade com os fornecedores de insumos, a disponibilidade de matéria-prima, a proximidade com clientes/consumidores, e a infra-estrutura física (energia, transporte, comunicações). Os principais órgãos reguladores/coordenadores são o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), o IBAMA, o Instituto Chico Mendes e as Secretarias de Meio Ambiente em nível estadual e municipal. De modo geral, as empresas (mais de 80%), desconhecem os programas ou ações voltadas para as micro e pequenas empresas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal. Menos de 10% das empresas conhecem, mas ainda não participam, de ações do Sebrae. Em relação à avaliação crítica dessas instituições, mais de 80% das empresas não têm experiência para avaliar a ação de instituições federais, sendo que as que já têm experiência (10 a 40%) avaliam negativamente, e menos de 10% avaliam positivamente. Em nível estadual, quase 90% das empresas não possuem elementos para avaliação e cerca de 20% avaliam negativamente por não possuírem

experiência local. A avaliação da ação do Sebrae é positiva para 20% das empresas. As políticas públicas com maior contribuição para o aumento da eficiência competitiva das MPEs do arranjo são assim consideradas pelas empresas: programas de capacitação profissional e de treinamento técnico, linhas de crédito e outras formas de financiamento, incentivos fiscais, melhorias na educação básica, programas de apoio a consultoria técnica e políticas de fundo de aval. Os principais obstáculos que limitam o acesso das empresas as fontes externas de financiamento são as dificuldades e entraves burocráticos para a utilização das fontes de financiamento existentes, a inexistência de linhas de crédito adequadas às necessidades da empresa, a exigência de aval/garantia por parte das instituições de financiamento e os entraves fiscais que impedem o acesso às fontes oficiais de financiamento.

4. Discussão e Conclusão

No Pará, são encontradas diferenças marcantes em relação ao observado no estado do Acre. Apesar de atuarem no mesmo SAI Florestal, as empresas do setor vêm atravessando uma fase de muitas dificuldades frente ao marco regulatório e institucional relativos a indústria de base florestal. Em relação à percepção do Ibama, existem muitos assentamentos operados de forma ilegal desde a sua criação e que vêm executando projetos de manejo sem o projeto de empreendimento rural, além de não possuírem licença de instalação e operação. Na ocasião da pesquisa qualitativa (junho/2008), todos os projetos de manejo de assentamentos estavam paralisados no estado. Segundo o Ibama, um dos maiores ilícitos encontrados é o esquentamento de madeira ilegal pelas empresas florestais. Na percepção dos empresários e representantes de empregados e patrões das empresas do setor florestal entrevistados, os principais problemas são: centralização de guias da SEMA em Belém, demora ou falta de liberação dos projetos de manejo, falta de regulação fundiária, pessoal despreparado para a gestão de órgãos ligados ao setor, ação coercitiva do IBAMA, falta de perspectivas favoráveis para o setor, custos elevados de treinamento no sistema S, aumento dos índices de desemprego provocados pelo rigor excessivo com que o governo vem aplicando os marcos regulatórios, com taxas que chegam a

perda de mais de 15 mil empregos na região de Altamira, PA. Segundo dados levantados, a região de Altamira possui, atualmente, somente 14 empresas florestais, de um total de 25 em 2004. Embora o local do Workshop tenha sido escolhido estrategicamente de forma a conciliar a participação dos agentes dos APL dos estados do Acre e Pará, não foi identificada a participação de nenhum agente do estado do Acre, razão pelo qual os resultados devem ser analisados com uma percepção da realidade local do estado do Pará. O Workshop deu oportunidade para que os agentes que colaboraram com a pesquisa, além de representantes das organizações/instituições coordenadoras/reguladoras das atividades pudessem se manifestar quanto aos resultados da pesquisa e assim compatibilizar um documento final de sustentação a políticas públicas passíveis de formulação, à partir dos resultados da pesquisa. Esses resultados estão compatibilizados e apresentados no relatório final do projeto para apoio a formulação de políticas públicas em prol do desenvolvimento dos APL. Este estudo ganhará com a realização de pesquisas e/ou ações complementares que possam levar aos usuários a solução proposta para os problemas levantados pela pesquisa, além do esforço para a formulação de políticas públicas capazes de fortalecer a consolidação do APL de produtos madeireiros e não-madeireiros.

5. Referências Bibliográficas

- Redesist. 2005. *Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovações Locais. Questionário para Arranjos Produtivos Locais*. Helena M.M. Lastres e José E. Cassiolato. 2003. Disponível em: www.ie.ufrj/redesist. Acessado em agosto de 2005.
- Yin, Robert, K. 2001. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

Financiamento: MCT/CNPq/PPG7.